

Manuel CURADO (2014) Joaquim de Carvalho e Henrique de Vilhena: nótula sobre um encontro médico-filosófico, *Delfim Santos Studies* 2, Arquivo Delfim Santos, Lisboa, 67-74.

Joaquim de Carvalho e Henrique de Vilhena: nótula sobre um encontro médico-filosófico

Manuel Curado

A amizade intelectual que uniu o filósofo Joaquim de Carvalho (1892-1958) e o médico Henrique de Vilhena (1879-1958) merece ser estudada. As palavras que se seguem procuram refletir com brevidade sobre o conjunto documental do carteiro de ambos. Nesta nótula será abordado somente o ponto de vista do clínico, deixando para outra oportunidade uma reflexão sobre o ponto de vista do pensador. A correspondência entre estes dois vultos maiores da universidade portuguesa da primeira metade do século XX nunca foi analisada exaustivamente. A troca de missivas é uma janela importante para se compreender o movimento de ideias da época e um dos capítulos mais ricos e mais perenes do pensamento português, o pensamento médico-filosófico. Vilhena tinha amplos interesses intelectuais, da Medicina à Literatura, tal como Joaquim de Carvalho. Vejam-se, pois, alguns aspetos desses interesses tal como se manifestam nas epístolas que endereçaram um ao outro.

Habitados como estamos a um mundo universitário muito especializado em que já não existem verdadeiramente filósofos na aceção grega da palavra, substituídos que foram por especialistas académicos deste ou daquele ramo da filosofia, temos dificuldade em reparar numa época em que os intelectuais portugueses pareciam maiores do que os seus contemporâneos e maiores do que as instituições em que trabalhavam. Joaquim de Carvalho e Henrique de Vilhena estão nesta categoria de pessoas. Os rótulos fáceis não se adequam à obra de cada um deles. Seria empobrecedor afirmar que estes vultos da cultura portuguesa são apenas isto ou aquilo. Joaquim de Carvalho não foi *apenas* um filósofo; esqueceríamos com um rótulo precipitado como este a sua obra vastíssima de estudos históricos e culturais, e esqueceríamos também o seu papel de gestor universitário. Henrique de Vilhena não foi apenas um médico ilustre, mas também, num currículo difícil de resumir, um grande nome da história da cultura portuguesa que se notabilizou pela obra literária no romance

psicológico (*Jerónimo Valverde*, começado a 1925, *Muita coisa e até um fantasma*, 1942, *Emília*, 1944, *Amor, dor e saudade*, de 1946, 1947 e 1950-54, *Idealismo amor elevação*, 1953, *1903-1904 e Lucília*, 1954, *1904-1905 e Maria Ângela*, 1956, etc.), e que escreveu estudos académicos valiosos sobre a expressão emocional na fisiologia, nas artes plásticas e na literatura (*A expressão da cólera na literatura*, 1909 e 1930, *Ensaios de crítica e de estética*, 1922 e 1934, *Do Bem e do Belo ou do sentido espiritual da vida humana*, 1922 e 1936, *A expressão da cólera pela palavra...*, 1930, *Novos Ensaios*, 1931, *Novos ensaios sobre expressão emocional*, 1935, *Novos escritos*, 1939, *Mais escritos*, 1947, *Outros escritos*, 1951, *Ainda mais escritos*, 1956, etc.). Os nossos rótulos pobres não explicam que Joaquim de Carvalho estivesse completamente à vontade na história da medicina portuguesa e que Henrique de Vilhena estivesse completamente à vontade na história do pensamento filosófico e tivesse um gosto especial em relacionar-se com filósofos, como atesta a sua correspondência com o seu colega e amigo Joaquim de Carvalho, mas também com Sílvio Lima, Sant'Anna Dionísio, Pedro Laín Entralgo, António Sérgio e Fidelino de Figueiredo, todos eles ensaístas com inclinações filosóficas. Estes dois destinos grandes da vida intelectual portuguesa da primeira metade do século XX cruzaram-se na Universidade de Coimbra, onde Vilhena chegou a ser Reitor por um ano, em 1925-1926, e devido a um amor comum pela cidade litoral da Figueira da Foz. Esta era a terra de Joaquim de Carvalho e era também a terra onde Vilhena passou parte da infância devido ao seu relacionamento com a família de António Santos Rocha, um arqueólogo distinto do final do século XIX.

O núcleo documental conhecido da correspondência entre ambos vai de 18 de julho de 1922 até 8 de maio de 1956. Durante estes 36 anos os dois académicos ilustres trocaram mais de setenta cartas. Há um detalhe nesta correspondência que surpreende imediatamente. Como se sabe, a correspondência privada só se edita habitualmente depois da morte dos dois correspondentes. A passagem dos anos contribui para atenuar o impacto do que se conta no segredo das epístolas de tal modo que não se fira a sensibilidade de ninguém vivo à época da publicação. A isto acresce o facto de a propriedade das cartas ser do destinatário. A propriedade das cartas de Vilhena é do destinatário Joaquim de Carvalho, e vice-versa. A correspondência entre Vilhena e Joaquim de Carvalho é uma anomalia a este respeito. O Doutor Henrique de Vilhena era um organizador nato do seu pensamento. As muitas cartas que saíam da sua pena seguiam obviamente para os destinatários, mas seriam também publicadas alguns anos depois em grandes séries de volumes, nomeadamente a série de livros em edição de autor *Cartas que gostei de escrever* (três volumes em 1956) e *Cartas que fui escrevendo* (quatro volumes de 1957).

Menos sistematicamente, partes significativas das cartas que recebia de outras pessoas também eram publicadas, nomeadamente nas partes finais de alguns dos seus livros em que reunia a notícia pública da receção que outros livros tinham tido. A isto deve acrescentar-se a edição que o próprio fez da correspondência de personalidades falecidas, como José António Serrano e António Aurélio da Costa Ferreira [BERMUDES, 1949-1951]. Como se vê, a distinção entre esfera privada e esfera pública é diferente da que hoje se aceita habitualmente. Vilhena escrevia como um aristocrata, que de facto era, colocando os encontros e desencontros da vida à luz da intemporalidade. Ainda hoje é possível ler a sua correspondência mais como um arquivo diplomático do que como um conjunto de missivas

estritamente particulares. As pessoas que menciona parecem países soberanos e são tratadas com o respeito devido a essa condição. Um passeio ao fim-de-semana não é um banal momento de lazer, mas uma missão de descoberta das terras. Vilhena, que conhecia bem a Figueira da Foz, pede a Carvalho detalhes para precisar o seu pensamento sobre se a Serra de Buarcos é exatamente a mesma que a Serra da Boa Viagem (carta de 25 de fevereiro de 1922). Os arrufos entre personalidades são tratados com tato e mestria, como na zanga entre Joaquim de Carvalho e Afonso Lopes Vieira (1878-1946). A oferta de livros não era um gesto de mera cortesia, fazendo Vilhena por vezes recensões longas desses livros, que enviava aos autores e que, obviamente, acabava por publicar um pouco mais tarde nos seus livros. Destaca-se, a este respeito, uma carta a Joaquim de Carvalho de 8 de agosto de 1935 em que pede ao professor de Coimbra que transmita ao colega Sílvio Lima notícia do seu apreço pelo livro oferecido, o extraordinário ensaio *O amor místico*. Acrescenta que «*alinharei convenientemente umas notas e terei o prazer de lhas enviar*». Para se ver a profundidade de análise dessas notas, bastará consultar o seu texto «Sobre o livro ‘O amor místico’ do Dr. Sílvio Lima (Carta ao Autor)», publicado nos *Novos Escritos* [VILHENA 1939, e VILHENA 1956b, 290].

Vilhena fez análises idênticas para livros, como o volume com o título *Jacob de Castro Sarmento*, de Augusto D’Esaguy, e muitos outros. Os livros de Joaquim de Carvalho mereceram de Vilhena uma leitura mais pessoalizada e sistemática. Por exemplo, ao receber o trabalho de Joaquim de Carvalho sobre a *Evolução espiritual de Antero* (29 de novembro de 1929), Vilhena faz um longo comentário, projetando, mesmo, escrever um livro sobre esse assunto. Ainda antes desse livro, avança com um paralelo entre Antero e a sua visão da vida tal como a revela nos seus romances muito autobiográficos, nomeadamente em *Campo santo*, de 1929, coleção documental que se insere na série de romances que publicou com o pseudónimo literário de Jerónimo Valverde. O contraponto é estabelecido de modo lapidar: o Antero de Joaquim de Carvalho é o reverso da medalha de Vilhena tal como se apresenta em *Campo santo*:

Em Antero, nos *Sonetos*, profunda e nobre inteligência ou pensamento sensibilizados, no *Campo santo*, sensibilidade intelectualizada; nos *Sonetos* abstração, no *Campo santo* concretização; em Antero, vida sobretudo especulativamente meditada, no *Campo santo* vida vivida; nos *Sonetos* evolução espiritual e alma pensante, no *Campo santo* evolução psicológica e alma sensível e atuante; nos *Sonetos*, em muito, o influxo do pensamento filosófico ‘*extranho*’, isto é, de outros, no *Campo santo* o impulso mais imediatamente da própria alma... em Antero, apesar de tudo, turvação, complexidade, pluralidade, no *Campo santo*, apesar de tudo, talvez transparência, simplicidade, unidade» [VILHENA 1956a, 83-84].

Estas características excepcionais da correspondência entre estes dois homens fazem com que este núcleo documental seja um tesouro de informação sobre a vida intelectual portuguesa da primeira metade do século XX. Na impossibilidade de se ser exaustivo, é interessante destacar alguns grandes temas que atravessam estas missivas.

O reconhecimento do mérito intelectual dos outros é constante. As primeiras cartas começam pela dor profunda que ambos sentiram pela morte inesperada do grande educador madeirense António Aurélio da Costa Ferreira, que, a bordo de um navio com rumo a Moçambique, se suicidou com apenas 43 anos de vida. A notícia do infeliz acontecimento de 15 de julho de 1922 chegou da distante cidade de Lourenço Marques e, logo no dia 18, Vilhena escreve a Joaquim de Carvalho a lamentar o que classifica de «*triste acontecimento*», e a lamentar também não se ter reparado a tempo no «*estado agudíssimo de desvario por doença*». Apesar de ambos ainda estarem debaixo do choque da morte extemporânea do seu «*comum e inesquecível amigo*» de Coimbra, do curso de Filosofia que terminou em 1899, e do curso de Medicina que terminou em 1905, nesse mesmo momento avançam imediatamente com a ideia de publicarem a obra completa de António Aurélio da Costa Ferreira.

Vilhena parece sofrer especialmente com esta morte porque havia combinado com Costa Ferreira uma divisão de tarefas médicas e antropológicas, investigando ele em Angola e este em Moçambique. A divisão dos textos de Costa Ferreira por volumes e o plano geral da obra são rapidamente gizados. É contactado Bernardino Machado, que tinha sido Presidente da República e que viria a sê-lo de novo poucos anos depois, para o prefácio do volume de Antropologia. A generosidade intelectual destes dois editores revela-se na caridade com que protegem o nome do seu amigo a respeito de uma referência menos conseguida no primeiro artigo deste, o que é natural no início da atividade de investigação e escrita.

Um segundo tema que atravessa este núcleo documental é normal em personalidades criativas como estes dois autores: a atividade editorial. Joaquim de Carvalho teve um papel extraordinário nesse campo, seja como autor, seja como editor da Imprensa da Universidade de Coimbra, seja como promotor de edições de outras casas editoriais. Vilhena, por seu lado, foi um autor prolixo cuja generosidade o levou a auxiliar muitas edições de trabalhos de outras pessoas. Apoiaram ambos, por exemplo, a edição da obra de Pedro Fazenda, *A crença e a dor*, desde a resolução das questões políticas, confessando Vilhena que o depositário da edição só queria saber se a obra tinha referências à situação política (3 de janeiro de 1933), até aos detalhes comerciais da venda do livro na III Feira do Livro de Lisboa (20-IV-33, 9-V-33, 27-XII-34).

Esta observação rápida sobre as hipotéticas questões políticas do ensaio de Pedro Fazenda faz com que seja interessante procurar atentamente indicações sobre política na correspondência de ambos. A observação de que Vilhena dá conta liga-se ao facto de Pedro Fazenda ter sido autor de um livro sobre o assunto [FAZENDA, 1921], o que terá justificado os receios do depositário da edição de *A crença e a dor*. Este é um pequeno sinal do cuidado com que se abordavam estas questões à época. Como é previsível, não se encontra *absolutamente nada* de modo ostensivo, seja devido aos lugares institucionais que ambos ocupavam, seja devido à ligação à Maçonaria, seja devido à ideia de Vilhena de publicar mais tarde ou mais cedo toda a sua correspondência. Aqui e ali, contudo, há detalhes que explicitam melhor as razões desse silêncio. Como exemplo disso, em carta de 1 de maio de 1935, Vilhena escreve sobre «*a relutância que tenho em pedir qualquer coisa – mesmo de interesse geral – aos da atual situação política*», referindo-se à necessidade de construção de um museu arqueológico na Figueira da Foz, um assunto de evidente interesse público.

Um terceiro tema que percorre muitas páginas da correspondência é a atividade de promoção de estudos através de sociedades científicas. Os dois pertenciam à Academia de Ciências e muitas cartas de Vilhena a Joaquim de Carvalho ocupam-se da elaboração do elogio que o primeiro tinha de fazer por ir ocupar a cadeira que tinha pertencido ao distinto matemático portuense Gomes Teixeira (1851-1933). Um médico a preparar o elogio a um matemático ter-se-á sentido muitas vezes assoberbado pelo desafio intelectual da tarefa. O Doutor Vilhena necessitou de muito tempo para honrar esse desafio e de um vasto auxílio erudito, com que sempre contou da parte de Joaquim de Carvalho.

Um detalhe fascinante a respeito da ligação de ambos à Academia de Ciências tem a ver com o longo processo de marcação da data da leitura do elogio e da resposta a esse elogio por Joaquim de Carvalho. Arrastou-se durante muitos meses no tribunal a questão do jornal *O Liberal*, que chegou a subir ao Supremo Tribunal de Justiça. Vilhena, antecipando um veredito judicial negativo aos interesses de Joaquim de Carvalho, propõe a este que não apareça na sessão da Academia de elogio a Gomes Teixeira, alegando razões de força maior (carta de 31 de dezembro de 1936). Mostrando a sua superioridade de alma, Joaquim de Carvalho declina a sugestão e vai a Lisboa a essa sessão. Na data marcada veio a ser conhecida a decisão judicial do Supremo, que, sendo favorável a Joaquim de Carvalho, colocou um ponto final numa história que se arrastou durante muito tempo.

Um aspeto importante desta atividade de promoção de estudos em áreas científicas incipientes em Portugal liga-se às diligências de ambos para fundar uma Sociedade Portuguesa de Estudos Psicológicos. Esta primeira designação, apresentada em carta de 18 de dezembro de 1935, foi rapidamente alterada para Sociedade Portuguesa de Estudos Psicológicos e Filosóficos. Ao que parece, a ideia nasceu durante uma conversa de Henrique de Vilhena com o psiquiatra Sobral Cid (1877-1941). Nessa carta de 1935, Vilhena localiza no tempo essa conversa, afirmando que «há bastante tempo que pensamos na fundação de uma Sociedade» [VILHENA 1956a, 192]. Vilhena contactou imediatamente Joaquim de Carvalho para fazer parte do grupo promotor e do núcleo dos fundadores. A correspondência é muito interessante para se ter ideia de qual era o grupo de pessoas que se interessava ao mesmo tempo por questões de natureza psiquiátrica, neurológica, e, numa maravilhosa junção de interesses, de natureza filosófica.

Para além de Joaquim de Carvalho, Vilhena e Sobral Cid, fariam parte do núcleo iniciador José de Magalhães, professor da Escola de Medicina Tropical e Capitão-de-mar-e-guerra médico, a quem Vilhena dedicou o seu primeiro grande livro, *A expressão da cólera na literatura* (1909); o já mencionado filósofo Sílvio Lima, célebre pelas suas reflexões sobre a natureza sexual da religião e sobre o fenómeno místico, e o primeiro a refletir em Portugal sobre a questão dos cérebros eletrónicos; o antropólogo portuense Mendes Correia; o pedagogo e filósofo da educação Faria de Vasconcelos; o doutor Victor Fontes, professor de anatomia descritiva da Faculdade de Medicina de Lisboa e continuador de António Aurélio da Costa Ferreira na direção do Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia; o médico neurologista cujos trabalhos muito contribuíram para o avanço do conhecimento sobre o cérebro e sobre a mente, António Egas Moniz, que haveria de colaborar na *Revista Filosófica* de Joaquim de Carvalho em 1954, com o artigo «A leucotomia está em causa»; o médico Eduardo Coelho, um grande erudito que se doutorou com uma tese sobre as relações entre

a mente e o cérebro, COELHO 1923, e autor de estudos importantes de filosofia da medicina; o grande médico nortenho que se notabilizou em Coimbra, Elísio de Moura, autor de um estudo famoso sobre a *Anorexia mental*; e um nome que hoje já nos diz pouco mas que foi influente na Primeira República, tendo feito parte da primeira Assembleia Constituinte, João Gonçalves, figura que se notabilizou à frente do sistema prisional e que foi autor do importante livro: GONÇALVES 1934.

No Verão seguinte, a 7 de julho de 1936, Vilhena envia a Joaquim de Carvalho, em texto datilografado e não manuscrito como era habitual, um Projeto de Estatutos da Sociedade Portuguesa de Estudos Psicológicos e Filosóficos praticamente completo (ver Fig. 1). O artigo 1º deste projeto apresentava a razão de ser da Sociedade, que seria a de «associar os investigadores portugueses no domínio dos estudos psicológicos e filosóficos, não só com o fim de facilitar a sua própria ação pessoal como também o de os levar a contribuir mais eficazmente para o progresso desses estudos no nosso meio e coletividade sociais». O artigo 8º previa a publicação de um boletim ou revista com o fim de dar publicidade «a tudo que se entenda que pode trazer benefício à consecução dos intentos da Sociedade».

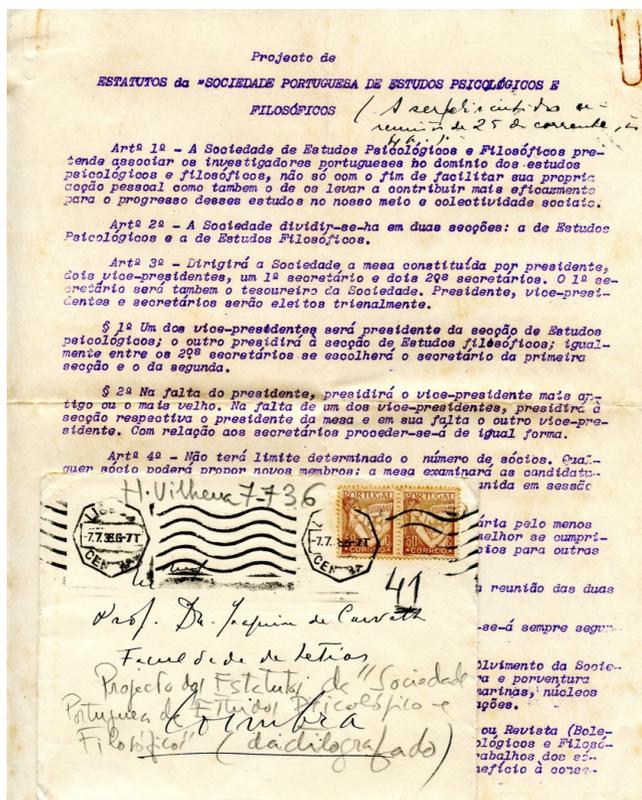


Fig. 1

Primeiros Estatutos da Sociedade Portuguesa de Estudos Psicológicos e Filosóficos.

No ano seguinte, a 3 de fevereiro de 1937, Vilhena informa que a Sociedade «*está presa no ministério*», e que «*o Sobral Cid já lá foi falar mas por enquanto sem resultados*». O despacho negativo do Ministro da Educação Nacional da altura, António Faria de Carneiro Pacheco (1887-1957), haveria de vir a público a meio da Segunda Guerra, em 1942 [VILHENA 1942, 412-420]. Como se vê, estas diligências muito antigas para formar uma Sociedade de Estudos Filosóficos antecedem em muito a viagem à Argentina de Delfim Santos e do senhor Padre Severiano Tavares, SJ, em 1949, de onde terá nascido a ideia de uma Sociedade Portuguesa de Filosofia. O Padre Severiano Tavares, em 1950, não compreendeu a atitude de Joaquim de Carvalho a respeito deste assunto, afirmando, na sua correspondência com Delfim Santos, que...

É realmente dum atrevimento sem nome este Dr. Joaquim de Carvalho. Depois da resposta que deu ao meu Amigo [sc. Delfim Santos] calou-se e agora quer ele lançar a ideia como própria – não será isto ser atrevido e até malcriado? Por isso temos que aparecer no congresso e desmascarar diante de todos este jogo infame [SANTOS, ALVES, org., 2011, 82].

O entusiasmo de Severiano Tavares é certamente honesto, mas é provável que ele não conhecesse a história com quase vinte anos da Sociedade Portuguesa de Estudos Psicológicos e Filosóficos. Se Joaquim de Carvalho queria lançar a ideia como própria, é possível afirmar, com a base documental que hoje se conhece, que era de facto uma ideia de que ele foi um dos pais fundadores.

Há indubitavelmente um aspeto estranho nesta atividade de fundação de sociedades promotoras de estudos. Tem a ver com o que se diz e com o que *não* se diz. Joaquim de Carvalho era uma personalidade que reservava bastante a sua esfera privada; Vilhena, pelo contrário, abordava com elegância aristocrática muitos eventos de natureza doméstica. Na correspondência de ambos há muitas referências a estas sociedades, chegando Vilhena a falar de uma sua «*mania ... de lembrar ou promover a fundação de sociedades de estudos*», e justificando essa mania com o tempo que se vivia, afirmando que, «*nesta época difícil parece que se sente a necessidade de compensações ... ilusões porventura, e como o campo não está cortado – vá de nos lançarmos por aí*» [VILHENA 1956a, 193]. A estranheza deriva de Vilhena não abordar nenhuma vez junto do seu amigo coimbricense a questão de uma sociedade que ele levou de Coimbra para Lisboa, de cujo ramo era aliás presidente na capital, a Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos. Este assunto importantíssimo antes da Segunda Guerra Mundial não é abordado nas cartas, nem antes da Guerra, nem depois. Esta situação é especialmente surpreendente no que concerne aos anos a seguir a 1945, altura em que a responsabilização de todos os intelectuais que tinham apoiado o ideário eugénico estava a acontecer por toda a Europa. Vilhena escreveu com propriedade sobre antropologia, sobre a obra de António Aurélio da Costa Ferreira, e ele próprio era autor de títulos de antropologia médica; mas, curiosamente, não aborda na sua correspondência com Joaquim de Carvalho nada que o ligue às ideias dos defensores de medidas eugénicas. Se há muita luz na correspondência com Joaquim de Carvalho, é justo reconhecer que esta estranha omissão das ideias eugénicas e de uma referência aos seus proponentes portugueses (como José Aires de Azevedo, António de Almeida Garrett e Almerindo Lessa, no Porto, João Porto

e Eusébio Tamagnini, em Coimbra, e Henrique Barahona Fernandes, em Lisboa) é um sinal de sombra.

Seria possível explorar esta e muitas outras sombras. Os historiadores das ideias não gostam, justamente, destas explorações sem base documental. Os filósofos vivem muito bem sem bases documentais, mas, neste ponto em concreto, é necessário reconhecer que seria bom existirem documentos que expliquem algumas dessas sombras.

Falar sobre estes dois vultos enormes da cultura portuguesa não é uma tarefa fácil, dada a riqueza de sugestões de cada uma das suas frases, do que nelas está e, sobretudo, do que não está. A contabilidade final não parece, todavia, difícil. Todos devemos estar gratos a ambos por terem enriquecido a vida intelectual do país que é de todos.

Agradecimentos

Agradeço ao Prof. Doutor João Montezuma de Carvalho ter disponibilizado com generosidade o núcleo documental da correspondência aqui estudado. Agradeço também à Senhora Professora Olga Pombo a amável hospitalidade do Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa, bem como a receção do Professor Filipe Delfim Santos e do Dr. José António Alves.

Referências

BERMUDES, Cesina (1949-1951) Bibliografia do Professor Henrique de Vilhena, *Arquivo de Anatomia e Antropologia* 27, 741-812.

COELHO, Eduardo Carneiro de Araújo (1923) *Das relações do estado cerebral com o estado mental: critério biológico em neurologia*, Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa.

FAZENDA, Pedro (1921) *A crise política em Portugal*, Lisboa: Lumen.

FAZENDA, Pedro (1933) *A crença e a dor*, Lisboa: Morais.

GONÇALVES, João (1934) *Os regimes prisionais e a tuberculose, a loucura e o suicídio na Cadeia Penitenciária de Lisboa, 1885-1932*, Lisboa: Oficina Gráfica da Cadeia Penitenciária.

SANTOS, Filipe Delfim Santos & José António ALVES, orgs., (2011) *Escola de Braga: a correspondência com Delfim Santos*, Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia.

VILHENA, Henrique de (1939) *Novos escritos*, Lisboa: J. Rodrigues & C.^a.

VILHENA, Henrique (1924-1925) *Arquivo de Anatomia e Antropologia* IX, Lisboa: Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

VILHENA, Henrique de (1942) *Arquivo de Anatomia e Antropologia* XXII, Lisboa: Autor.

VILHENA, Henrique de (1956a) *Cartas que gostei de escrever* I, Lisboa: Autor.

VILHENA, Henrique de (1956b) *Cartas que gostei de escrever* II, Lisboa: Autor.

VILHENA, Henrique de (1956c) *Cartas que gostei de escrever* III, Lisboa: Autor.